A função da escola na educação básica em documentos curriculares nacionais (1998 a 2017)

The role of the school in basic education in national curriculum documents (1998 to 2017)

Yolanda Leticia Toguia da Silva*[1]

Palavras-chave: Documentos curriculares. Educação básica. Estudos sobre escola

Linha Temática: Desenvolvimento Curricular

Ocupam grande espaço na literatura educacional, as discussões sobre as reformas das políticas públicas a partir dos nos anos 1990, tanto no que diz respeito ao currículo quanto à organização e gestão dos sistemas de ensino, principalmente, a gestão da escola. Para entendermos as relações dessas reformas, objetivadas numa política para/no âmbito da escola, se faz necessária a atenção acerca da ideia da educacionalização, isto é, entendida como a orientação global ou tendência de pensar a educação como ponto focal para abordar ou resolver os problemas sociais.

Nas investigações sobre as políticas educacionais atuais, a lógica de estudo da escola tem apontado para o fenômeno da descentralização e não a têm visto como "lugar de formação" (NÓVOA, 1998, p. 17). E, principalmente, tem adotado a descentralização como um fim em si mesmo (CARNOY; CASTRO, 1999).

A reforma educacional não transmite meramente informações em novas práticas, mas tem sido definida como parte das relações sociais da escolarização, podendo ser considerada como ponto estratégico no qual ocorre a modernização das

[1]Mestranda em educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEDU) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) , e-mail: yolandatoguia@gmail.com .

instituições (POPKEWITZ, 1997). Isto porque a escola é colocada como a primeira instituição na constituição de valores que indicam os rumos pelos quais a sociedade alcançará o futuro.

De acordo com Saviani (1996), "uma visão histórica da educação mostra como esta esteve sempre preocupada em formar determinado tipo de homem. Os tipos variam de acordo com as diferentes exigências das diferentes épocas. Mas a preocupação com o homem é uma constante" (p. 35). O mesmo autor complementa: “existindo num meio que se define pelas coordenadas de espaço e tempo. Este meio condiciona-o, determina-o em todas as suas manifestações" (p. 36). Assim, compreendemos a relação da escola na formação do homem e na forma como ela reproduz o sistema de classes.

Nesse contexto, a escola, assim, como outras instituições da esfera social, é chamada, contraditoriamente, a garantir a inserção social, formar indivíduos livres, conscientes e críticos para a modernização e progresso social da sociedade ao mesmo tempo em que atua como aparelho ideológico de Estado.

A sociologia da escola tem proposto reflexão a partir da cultura escolar, como construção de formação individual e coletiva, que viabiliza a produção de mudanças comportamentais, que posicionam os indivíduos e grupos ali territorializados não só como executores das políticas educacionais, mas também como agentes da legitimação das (des)igualdades sociais, cognitivas, entre outras. Desigualdades para as quais a herança cultural e, outros mecanismos objetivos são determinantes para eliminação de indivíduos desfavorecidos.

Diante disso, torna-se compreensível que a concessão de uma igualdade de oportunidades de acesso ao sistema constitui condição necessária, mas de modo

algum suficiente, para o sucesso na obtenção do privilégio cultural que a escola pretende fornecer doravante a todos os cidadãos.

Contudo, parece ser no interior da escola, onde formalmente as classes sociais se encontram que se procura entender os processos sociais responsáveis pela manutenção das desigualdades de sucesso escolar, ou seja, compreender a produção dos "excluídos do interior" do sistema.

Para tentar compreender essa escola inaugurada a partir das reformas educativas que se iniciaram em finais da década de 1990, tomamos os documentos curriculares nacionais, trazidos ao espaço escolar no período de 1998 a 2017, a saber, o Parecer CNE/CEB nº 4/1998, aprovado em 29 de janeiro de 1998, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. O Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; A Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013; E também a Base Nacional Comum Curricular, 3ª versão, publicada em Abril de 2017.

A eleição desses documentos está imersa na hipótese deles constituírem-se como expressões de reestruturação das escolas e de inovação estratégica de distribuição de conhecimentos. Hipótese essa que toma as expressões de reestruturação das escolas e de inovação estratégica de distribuição de conhecimentos como formas neoliberais, neoconservadoras e neogerenciais de se pensar a escola, disciplinada pelo mercado e pelo capital, e de se propor conhecimentos legitimados em uma espécie de solidariedade social e democracia ativa.

Entendemos que esses documentos atuam na perspectiva da avaliação e da mensuração e tendem a complexificar as prescrições da ação da escola e do que ela deve ensinar, incluindo não somente conteúdos temáticos, mas enfoques, aproximações, recomendações metodológicas e indicações sobre a formação requerida dos professores.

Diante disso, o conhecimento que pretendemos mapear e desvelar relaciona-se a compreensão das estratégias escolares colocadas em marcha no interior destes documentos curriculares como indutoras, ou melhor, reforçadoras das expectativas em relação a cultura, a educação e as práticas sociais.

Referências

CARNOY, M.; CASTRO, C. M. **Como andam as reformas educacionais na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

NÓVOA, A. (org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Nova Enciclopédia. 1998.

POPKEWITZ, T. S. **Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação**. Tradução: Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 11 ed. São Paulo: Autores Associados, 1996. Disponível em: < http://www.visionvox.com.br/biblioteca/d/Demerval-saviani-educa%C3%A7%C3%A3o,-do-senso-comum-%C3%A0-consciencia-filosofica.pdf > . Acesso em: 7 set. 2017, 22:30:30.